

RESULTADO ABRANGENTE: EFEITO NA RENTABILIDADE DO NOVO MERCADO DA BM&FBOVESPA (B3)

Ingrid Miranda Santa Helena¹

Maria Ivanice Vendruscolo²

RESUMO

Resultados abrangentes (RA) tem sido um tema muito discutido no ambiente acadêmico que foi concretizado em norma a partir da SFAS 130 (1997) do FASB, sendo traduzido para o Brasil através do CPC 26 e tornado obrigatório através dos órgãos reguladores para as companhias de capital aberto a partir do exercício de 2010. Estudos sobre o impacto e relevância do resultado abrangente ainda são em pequeno volume e pouco qualificados, apenas algumas pesquisas empíricas têm tratado do assunto como Madeira (2014) e Lunelli (2017). Diante deste contexto levanta-se o problema de pesquisa: qual o efeito do resultado abrangente no desempenho financeiro de empresas brasileiras? A partir deste cenário elaborou-se um estudo sobre o resultado abrangente para uma amostra de 33 companhias abertas brasileiras da BM&FBovespa que divulgaram outros resultados abrangentes em todo o período compreendido entre os anos de 2015 a 2017. Fez-se a análise a partir dos dados obtidos através das Demonstrações Financeiras Padronizadas, de forma a comparar quantitativamente a diferença entre a rentabilidade do Patrimônio Líquido com a influência dos outros resultados abrangentes e verificado através das notas explicativas quais elementos são mais recorrentes na DRA. O resultado encontrado a partir da análise dos documentos revelou que os ORA causaram um impacto negativo na rentabilidade de mais da metade da amostra nos três anos analisados e que o item de maior ocorrência nos Outros Resultados Abrangentes foi o valor de Instrumentos de Hedges de Fluxo de Caixa e Líquidos de Impostos”.

Palavras-chave: Resultado abrangente. Novo Mercado. DRA. Rentabilidade.

¹Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (ingridsantahelena@gmail.com).

²Orientadora. Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (maria.ivanice@ufrgs.br).

COMPREHENSIVE RESULTS: EFFECT ON THE PROFITABILITY OF THE BM&FBOVESPA (B3) NEW MARKET

ABSTRACT

Comprehensive results have been a subject of much discussion in the academic environment, which was only implemented in a standard from SFAS 130 (1997) of the FASB, being translated into Brazil through CPC 26 and compiled through the regulatory open market companies as of 2010. In this context, the following research question arises: what is the effect of the comprehensive result on the financial performance of Brazilian companies? Based on this scenario, this study was carried out on the comprehensive result for a sample of 33 Brazilian open companies of BM & FBovespa that disclosed other comprehensive results throughout the period from 2015 to 2017. The analysis was performed from the data obtained through the Standards Financial Statements, in order to quantitatively compare the difference between the profitability of Shareholders' Equity and the influence of other comprehensive income and verified through the explanatory notes which elements are most recurrent in the DRA. The result found from the analysis of the documents revealed that the ORA had a negative impact on the profitability of more than half of the sample in the three years analyzed and that the item with greater occurrence in the ORA was the "value of cash flow hedges instruments, net of taxes".

Keywords: Comprehensive results. New market. Comprehensive income statement. Profitability.

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), no Brasil, tornou-se uma obrigação desde o ano de 2009, concretizando no Brasil o conhecimento das SFAS 130 (1997) do FASB, a ser elaborada embasada no Pronunciamento Técnico CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), o qual foi emitido em 17/09/2009. No CPC 26 foi estabelecido que a DRA deve ser divulgada junto com as outras demonstrações contábeis a partir do exercício de 2010. Esse pronunciamento surgiu para normatizar a apresentação das Demonstrações Financeiras, correlacionando-as às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1, implementando de forma oficial no Brasil o conceito de resultado abrangente, o qual evidencia a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e

outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários (CPC 26, 2017, p. 05). Mesmo a obrigatoriedade da DRA não estando prevista na Lei nº 6.404/76, o referido CPC 26 e a Resolução CFC nº 1.185/09, exigem a apresentação dessa demonstração na composição dos relatórios financeiros.

No Brasil, antes de vigorar a NBCTG 26, não existia uma norma que tratasse do resultado abrangente, como já havia no EUA, desde 1997 pela SFAS 130 –*Comprehensive Income*. O CPC 26 (item 81) exige que as empresas apresentem o resultado abrangente em uma Demonstração de Resultado Abrangente separada da Demonstração de Resultado, diferente das normas internacionais que permitem a divulgação dos resultados abrangentes junto com o resultado do período. Além disso, o CPC 26 (no item 106) determinou que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) deve incluir o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.

Sendo uma ferramenta gerencial importante para tomada de decisões (FONTE), a DRA atualiza o capital dos sócios, recorrendo ao princípio da competência, para registrar realizações financeiras ainda não ocorridas: os investimentos a longo prazo. A intenção do resultado abrangente é demonstrar ajustes realizados no Patrimônio Líquido, como as modificações de ativos e passivos a valor justo, que não são apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Sendo assim, por meio da DRA, o lucro é apresentado buscando a maior aproximação da realidade econômica da empresa visto que engloba inclusive os ajustes não apresentados na DRE (LUNELLI, 2013).

Estudos anteriores indicam que o desempenho operacional pode ser analisado sob a ótica do resultado abrangente comparado estatisticamente em relação ao lucro líquido divulgado na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme Coutinho e Silva (2015).

Outro estudo, como o de Madeira e Junior (2014), afirma que a maneira mais eficiente de mensurar o desempenho da empresa é contemplando os resultados abrangentes, visto que este irá indicar quaisquer variações no patrimônio líquido da empresa no período, menos aquelas referentes às transações com sócios e acionistas, assim irá diminuir a discricionariedade dos administradores, minimizando as chances de modificações de resultado.

Após a pesquisa do estado da arte sobre a temática da pesquisa, constatou-se, é possível ainda aprimorar o conteúdo de materiais acadêmicos sobre a DRA, que sejam de interpretação mais simples para entendimento e, ao mesmo tempo, didáticos. A partir disso, questiona-se sobre: *qual o efeito dos Resultados Abrangentes no desempenho financeiro de empresas brasileiras?* Para responder essa questão, o objetivo desta pesquisa, portanto, é verificar os

efeitos dos outros resultados abrangentes causados no desempenho financeiro de empresas de capital aberto do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a partir da apuração da Rentabilidade do Patrimônio Líquido e os tipos de eventos que vêm sendo lançados na DRA. O estudo procura contribuir com esse assunto para futuras investigações.

O presente trabalho está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. A seção 2 aborda o referencial teórico, o qual contém tópicos sobre os fundamentos teóricos sobre a Demonstração do Resultado Abrangente e assuntos relacionados ao seu entendimento; a seção 3 revela os procedimentos metodológicos que evidenciam como está caracterizada a pesquisa e a forma que os dados foram coletados para atingir os objetivos do trabalho; na seção 4 são apresentadas as análises e os resultados obtidos na pesquisa; finalizando, a seção 5 contempla as considerações finais sobre o estudo e traz sugestões para futuras pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados dos principais conceitos e termos que serão utilizados no desenvolvimento do presente artigo, tais como demonstrações contábeis, Lucro Líquido, Resultado Abrangente, Demonstração do Resultado Abrangente, índice de rentabilidade, entre outros.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) pode ser considerada relativamente recente, visto que a DRA tornou-se ser obrigatória nos Estados Unidos em 1997, com a divulgação do SFAS 130: Demonstração do Resultado Abrangente (CHECON, 2013). Anterior a esse normativo, não havia nenhuma divulgação específica relacionada a itens que afetariam o resultado num momento futuro. Segundo Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012), o parágrafo 9 do pronunciamento SFAS 130 (FASB, 1997, p. 6), é dito que, anteriormente à divulgação da norma, o comitê não havia determinado que alguma empresa deveria divulgar a demonstração de resultado abrangente, e nem recomendado seu formato de apresentação. Desde então, neste pronunciamento, é considerado, que determinados “[...] ganhos, perdas, receitas e despesas não realizadas [...]” devem ser reconhecidas de forma particular do patrimônio líquido.

O SFAS passou então a exigir das organizações que todos os itens que são necessários para serem reconhecidos sob normas contábeis como componentes do resultado abrangente devem ser relatados em uma declaração financeira, que é exibido com a mesma

importância que as demais demonstrações financeiras (FASB, 2017, p. 04).

Conforme a NBC TG 26 elaborada a partir do CPC 26, em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS, em seu item 81, as entidades devem apresentar todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período em duas demonstrações: na Demonstração do Resultado do Período e na Demonstração do Resultado Abrangente do período (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2017).

Nesse cenário, concretiza-se assim mais uma ferramenta disponível que serve para colaborar com a efetividade da Contabilidade, no seu objetivo de fornecer, com mais eficiência, informações necessárias para as tomadas de decisões dos envolvidos na instituição desde gestores até acionistas. A DRA engloba o resultado líquido, os Outros Resultados Abrangentes referentes às receitas, despesas e outras mutações do patrimônio líquido, mas que não são reconhecidas (ou não foram reconhecidas ainda) na DRE (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Os resultados abrangentes revelam as mudanças que ocorrem na empresa, desde que essas mudanças sejam provenientes de eventos ocorridos em período diferente aos ocorridos com os sócios na qualidade de sócios (FASB, 2017, p. 06).

Segundo Ribeiro (2015), a DRA é um relatório contábil que evidencia as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido durante um período, as quais resultam de transações e outros eventos que não foram derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. As variações do Patrimônio Líquido derivadas de fatos que não transitam pela DRE e que também não correspondam a ações diretas entre os proprietários e a empresa devem ser apresentadas na DRA do Período.

Logo, a DRA inicia a partir da última linha da DRE, ou seja, a partir do lucro ou do prejuízo apurado no exercício e os outros resultados abrangentes, que são modificações que ocorreram no PL, que não foram oriundas de capital dos sócios e não atendem critérios para serem considerados como conta de resultado, a serem lançados na DRE. Greco e Arend (2013) explicam que esta demonstração destina-se a evidenciar os valores que ainda não passaram por conta de resultado, os quais enquanto não realizados, permanecem em conta específica no subgrupo “Ajustes de avaliações patrimoniais” do Patrimônio Líquido. Estes ajustes incluem,

[...] as diversas contrapartidas de aumentos ou reduções de valor calculados a partir de elementos do ativo e do passivo, determinados em razão da avaliação a preços de mercado. Estes ajustes permanecem no patrimônio líquido enquanto não forem considerados no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. (ASSAF NETO, 2015, p. 57).

Nesse sentido, para ilustrar os conceitos trazidos, segue no Quadro 1 um modelo de DRA conforme Ribeiro (2015), apresenta:

Quadro 1 – Modelo de estrutura de DRA

Descrição	Exercício atual \$	Exercício anterior \$
1. Resultado do Exercício		
2. Outros Resultados Abrangentes		
2.1 Variações na reserva de reavaliação (*)		
2.2 Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefícios definidos reconhecidos		
2.3 Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior		
2.4 Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda		
2.5 Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa		
2.6 Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial		
3. Reclassificação dos outros resultados abrangentes para o resultado do exercício		
4. Total do Resultado Abrangente do Exercício		
5. Total do Resultado Abrangente do Exercício atribuível aos:		

Fonte: Ribeiro (2015).

(*) De acordo com as IFRS é permitida a reavaliação de ativos, contudo, no Brasil, a Lei 11,638/07 vedou esta operação.

Como se pode observar, a única diferença entre o resultado abrangente e o lucro líquido são os ganhos e as perdas que compõem os outros resultados abrangentes (ORA). Esses outros resultados abrangentes são valores transitórios que podem ou não impactar o lucro líquido e os fluxos de caixa futuros. Para verificar se os ORA impactam no desempenho operacional da empresa, é possível utilizar alguns indicadores financeiros, que unidos a resultados estatístico chegarão a uma resposta significativa sobre o impacto causado.

Ao lucro ou prejuízo apurado na DRE, serão somados ou diminuídos os outros resultados abrangentes, apurando assim o resultado abrangente do período (CPC 26, 2017).

A Demonstração do Resultado Abrangente revela-se importante por ser uma ferramenta que permite ao usuário visualizar resultados não evidenciados à demonstração do resultado do exercício, assim como as transações que ocorreram durante o período que, de alguma forma,

causaram impacto no Patrimônio Líquido. Sendo assim, a DRA proporciona aos usuários uma visão mais completa da situação econômico-financeira da empresa. Conforme CPC 26 (2017), a divulgação dos componentes do desempenho financeiro auxilia os usuários a compreender o retorno financeiro e a projetar resultados financeiros futuros.

2.1.1 Resultados Abrangentes do Exercício

O termo “resultado abrangente” é composto por todos os elementos do resultado do período e dos outros resultados abrangentes, evidenciados na DRA (CPC 26, 2017), nele são compreendidas qualquer alteração patrimonial que ocorra do período, inclusive aquelas não refletidas no lucro líquido, exceto as provenientes de investimentos dos proprietários e as distribuições para os proprietários. O termo “outros resultados abrangentes” refere-se às receitas, às despesas, aos ganhos e às perdas que estão incluídos no resultado abrangente, mas excluídos do lucro ou prejuízo líquido (FASB, 1997).

No resultado abrangente Os itens que compõem os “outros resultados abrangentes”, conforme mencionado no CPC 26 R1 (2017), são:

- a) as variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente;
- b) os ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- c) os ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior; e
- d) os ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda;
- e) a parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de *hedge* em operação de hedge de fluxo de caixa.

Nesse contexto de conceito da conta de Outros Resultados Abrangentes, Ngmenipuo (2015, p. 2), esclarece que:

A apresentação do resultado abrangente é exigida somente se a companhia tiver itens especificados na norma como qualificação a ser incluída como outros resultados abrangentes. Esses itens incluem: Alterações no excedente de revalorização (IAS 16 e IAS 38); Ganhos e perdas atuariais em planos de benefícios definidos e reconhecidos de acordo com o parágrafo 93A da IAS 19; Ganhos e perdas resultantes da conversão das demonstrações financeiras da operação no exterior (IAS 21); Ganhos e perdas na reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda (IAS 39); A parcela efetiva de ganhos e perdas nos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa (IAS 39).

Segundo definição apresentada pelo CPC 26 (2010), o resultado do período é o total das receitas deduzido das despesas, exceto os itens reconhecidos como outros resultados

abrangentes no patrimônio líquido. Para Iudícibus (2012), o lucro líquido é o número mais importante produzido pela contabilidade, possuindo inúmeras utilizações tais quais mensurações da performance, atribuição de bonificações, avaliações de empresas, entre outros. O lucro tem sido considerado importante medida para definir a eficiência empresarial sendo que o objetivo principal de sua divulgação é apoiar os usuários internos e externos na tomada de decisões estratégicas e táticas (COLAUTO; BEUREN, 2006).

Conforme a NBC TG 26 que abrange os conceitos das demonstrações contábeis, em seus itens 90 e 91 aborda que a entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas; e que os componentes dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados de duas maneiras:

- (a) líquidos dos seus respectivos efeitos tributários; ou
- (b) antes dos seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

Iudícibus et al. (2010) argumentam que as demais variações do patrimônio líquido (reservas de reavaliação, quando legalmente permitidas; certos ajustes de instrumentos financeiros; variações cambiais de investimentos no exterior, dentre outros), poderão transitar no futuro pelo resultado do exercício ou irem direto para Lucros ou Prejuízos Acumulados devendo estes compor os resultados abrangentes das entidades.

2.2 INDICADOR FINANCEIRO: RETORNO SOBRE O PL (ROE)

Como indicador Financeiro de rentabilidade a ser utilizado para verificar o desempenho operacional comparado sob os efeitos do Lucro Líquido e do Lucro Abrangente selecionou-se o Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Conforme Walter e Braga (1986, p. 155) a rentabilidade do Capital Próprio ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) é um indicador que representa os recursos aplicados na massa patrimonial ativa e originam-se dos proprietários da empresa e de terceiros. Os recursos originados dos proprietários das empresas são denominados Capital Próprio ou Patrimônio Líquido. Nesse contexto de conceitos, o retorno sobre o patrimônio líquido é o índice que fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucros, da eficiência operacional, do *leverage*, e do planejamento eficiente de seus negócios; medindo, para cada R\$ 1 investido, o retorno líquido do acionista (ASSAF NETO, 2012). A importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em:

[...] em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas. A principal tarefa da administração financeira ainda é a de maximizar o valor de mercado para o possuidor das ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador. No longo prazo, o valor de mercado da ação é influenciado substancialmente pelo quociente de retorno sobre o patrimônio Líquido. (IUDÍCIBUS, 2010)

A Taxa de rentabilidade, ainda para Walter e Braga (1986, p. 155), é uma medida de avaliação da remuneração do capital aplicado por acionistas ou cotistas, dependendo do tipo de sociedade, em determinado empreendimento, importando estabelecer relação entre resultado líquido do exercício e o capital acumulado dos proprietários, multiplicando-se o quociente por 100. Assim, é possível encontrar a taxa de rentabilidade do Capital Próprio de cada período. Para traduzir o conceito apresentado de forma ilustrativa, segue no Quadro 2 as fórmulas de cálculo:

Quadro 2 – Fórmula de cálculo do Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Índice	Descrição	Fórmulas	
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (PL)	$\frac{\text{Lucro Líquido PL final do período}}{\text{Patrimônio Líquido PL inicial do período}}$	$\frac{\text{Lucro Abrangente PL final do período}}{\text{Patrimônio Líquido PL inicial do período}}$

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Assaf Neto (2012).

Para Ribeiro (2015) a interpretação da rentabilidade do Patrimônio Líquido, é perceber que quociente revela qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo Capital Próprio investido na empresa, isto é, quanto a empresa ganhou de Lucro Líquido para cada R\$1,00 de Capital Próprio. Em sua conclusão, Ribeiro (2015, p.175) explica que quanto maior for este quociente, maior será o grau de lucratividade apurado pela empresa em relação ao Capital Próprio investido.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Coutinho e Silva (2015) abordaram com verificação quantitativa e qualitativa sobre as informações contidas na DRA de empresas brasileiras de capital aberto do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, posterior à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. Para a amostra foram selecionadas 62 empresas. Os dados da pesquisa foram os conteúdos de informações da Demonstração de Resultado Abrangente (DRA) publicados no período de 2010 a 2012. A os dados foram coletados manualmente, pela pesquisa dos dados

disponíveis nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) do período analisado disponíveis no *site* da Comissão de Valores Mobiliários. O intuito era analisar, com base em estatística, se o resultado abrangente diferiu do resultado do exercício, e para tanto, realizou-se o teste de diferença de médias para análise, utilizando-se o Lucro Líquido (LL) e o Resultado Abrangente (LLA), que engloba os ajustes divulgados na DRA. Os resultados mostraram que cerca de metade das empresas obtiveram variações no resultado abrangente; que os efeitos líquidos dos ganhos e perdas foram positivos nos anos de 2012 e 2011 e negativos no ano de 2010; e que verificou-se diferenças entre Resultado do Período e Resultado Abrangente para as empresas nos anos de 2011 e 2010. A partir dos resultados notou-se que itens da DRA podem de gerar volatilidade no resultado do exercício caso fossem reconhecidos na DRE.

Duarte e Teixeira (2014) a partir de estudo bibliográfico e análise documental buscaram estudar a DRA, com intuito de indicar qual o impacto causado pela apresentação do resultado abrangente na rentabilidade das empresas da região do Vale do Aço e o que tem sido mostrado na DRA dessas empresas. As empresas analisadas foram a Usiminas e a Cenibra, no período de 2010 a 2012. As autoras identificaram os lançamentos realizados na DRA, a partir das notas explicativas das demonstrações, procurando relacionar com o contexto na qual as empresas estavam vivenciando para justificar eventos encontrados. As empresas foram analisadas individualmente, comparando os resultados ano a ano e a diferença entre resultado abrangente e do exercício. Foi realizada uma comparação total entre as empresas, evidenciando se os resultados abrangentes lançados ocasionaram algum impacto no resultado. Com esse estudo foi constatado que as empresas analisadas publicaram a DRA de acordo com o que as normas regulamentadoras impõem e que os outros resultados abrangentes impactaram no lucro ou prejuízo do exercício. O resultado abrangente mostrou-se favorável para a Cenibra e desfavorável para a Usiminas, visto que o resultado não pôde transformar de forma positiva o resultado do período.

Ferreira, Leme e Forti (2015) de forma descritiva e explicativa avaliaram a qualidade da informação do resultado abrangente em relacionada ao lucro líquido. O objetivo geral foi examinar as características do Lucro Líquido e do Resultado Abrangente Total de 67 companhias abertas, pertencentes ao índice IBOVESPA, referentes às demonstrações publicadas nos anos de 2009 a 2012. O resultado abrangente total mostrou-se potencialmente mais persistente e com maior volatilidade que o lucro líquido. O lucro líquido apresentou um poder explicativo melhor do que o resultado abrangente para o retorno das ações. Não foram encontradas evidências de que o lucro líquido seja melhor preditor do fluxo de caixa operacional, tampouco do lucro líquido do ano seguinte, em relação ao resultado abrangente. Os resultados

ainda indicaram que o resultado abrangente detém relevância incremental para o valor da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata da metodologia utilizada para a realização deste estudo. Descreve-se o tipo e a abordagem do trabalho, a amostragem e as variáveis analisadas, a coleta de dados, a análise e o tratamento dos dados, bem como as limitações da pesquisa.

3.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa a ser realizada neste estudo pode ser classificada quanto a três aspectos: quanto à forma de abordagem do problema; quanto aos seus objetivos; e quanto aos procedimentos técnicos utilizados.

A caracterização do presente estudo define-se por uma abordagem quantitativa. A avaliação quantitativa é recomendada para organizar, caracterizar e interpretar dados numéricos, caracterizando-a pelo emprego da quantificação na coleta de informações, no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Além dessa definição, conforme Silva (2010), a abordagem quantitativa dos métodos de investigação é bem utilizada no desenvolvimento de investigações descritivas, visto que as mesmas procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos causa e efeito. O termo quantitativo significa quantificar opiniões, dados, na forma de coleta de informações.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como descritiva, pois tem o intuito de descrever qual o efeito causado a partir do resultado abrangente no desempenho operacional de empresas de capital aberto, embasada em análise comparativa e estatística. A sustentação dessa classificação é baseada em Gil (1999) que comenta que o caráter descritivo visa descrever as características de determinada realidade, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados; o caráter explicativo visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade porque explica a razão de determinadas ocorrências; e a pesquisa exploratória procura ampliar o conhecimento sobre determinado assunto, explorando a realidade.

Na pesquisa científica, segundo Raupp e Beuren (2008), os procedimentos técnicos

adotados determinam a maneira como o estudo será conduzido e como os dados serão obtidos. Sendo assim, o procedimento aplicado no desenvolvimento do presente trabalho foi a pesquisa documental. Conforme Gil (2008), para coletar os dados a serem analisados a pesquisa documental de um lado vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que podem ser elaborados de acordo com os objetos da pesquisa e de outro lado, os documentos de “segunda mão”, que de alguma forma já foram analisados, tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas e tabela estatísticas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Nesta pesquisa a população é composta por 439 empresas de capital aberto com ações listadas na bolsa de valores do Brasil, a BM&FBovespa (BM&FBovespa, 2017). A amostra é formada pelas empresas do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa. Em 16 de abril de 2017, data utilizada para escolha da amostra, a carteira que compunha o Novo Mercado era composta por 141 empresas (BM&FBovespa, 2017).

O segmento de Novo Mercado é composto somente por empresas que cumprem os requisitos mais notáveis de governança corporativa dentre as empresas de capital aberto registradas na Comissão de Valores Mobiliários, possuem o maior nível de transparência das informações (BM&FBovespa, 2017). Esse segmento foi escolhido para para que seja possível comparar o resultado do exercício com o resultado abrangente entre empresas do mesmo segmento, concorrentes, assim será possível apresentar melhor os resultados futuros e qual empresa, de fato, está apresentando os melhores resultados no presente, com o cálculo do resultado abrangente a partir do resultado do exercício e assim, demonstrar qual empresa estaria melhor desempenho operacional, especialmente para quem pretende realizar investimentos.

3.3 COLETA E TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada a partir das informações disponibilizadas nos Relatórios Financeiros disponibilizados no *site* da BM&FBovespa de todas as empresas do segmento do Novo Mercado listadas dentro do período de 2015, 2016 e 2017. A análise limitou-se aos anos de 2015, 2016 e 2017, visto que a pesquisa procurou verificar as alterações nos resultados abrangentes do período mais recente, visto que em junho de 2017 foi aprovada uma nova versão do Regulamento do Novo Mercado. Foi utilizada para a coleta dos dados o *software* “Economática”, com o qual foi possível agilizar o processo de coleta e garantir

maior fidedignidade aos resultados encontrados.

A coleta de dados abrangeu o estudo dos seguintes elementos integrantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs):

- (a) Demonstração de Resultado Abrangente (DRA);
- (b) Demonstração de Resultado do Exercício (DRE);
- (c) Notas Explicativas e
- (d) Balanço Patrimonial.

Sendo assim, os dados da pesquisa são os conteúdos divulgados na DRA, na DRE, nas Notas Explicativas e no Balanço Patrimonial das empresas da amostra. Após a extração das DFP de todas as companhias selecionadas, foi realizado um estudo individual de cada empresa, comparando os resultados ano a ano e a diferença gerada entre resultado abrangente e resultado do exercício utilizando-se o Lucro Líquido (LL), extraído da DRE, e o Resultado Abrangente (LLA), que engloba os ajustes divulgados na DRA.

Inicialmente foi identificado no banco de dados se a companhia divulga a DRA (sim ou não); Na sequência, identificados quais são os itens dos Outros Resultados Abrangentes conforme disposto nas notas explicativas, qual a variação do Resultado Líquido Consolidado do Período para o Resultado Abrangente Consolidado do Período, e, como forma de mensurar o desempenho operacional, foi analisado o índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE). Esse índice foi calculado de forma a diferenciar a rentabilidade obtida comparativa com Lucro Líquido ajustado por Outros Resultados Abrangentes.

Através da análise qualitativa das notas explicativas das demonstrações contábeis da amostra, foi possível evidenciar as empresas que continham informações de resultado abrangente; e como as informações estavam apresentadas, bem como os elementos integrantes do resultado abrangente que realmente causaram mudanças no resultado. Os resultados das análises estão apresentados na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo aborda a análise geral e descritiva dos dados da amostra além da análise dos Outros Resultados Abrangentes e dos índices de rentabilidade apresentados pelas empresas analisadas.

4.1 ANÁLISE GERAL DA AMOSTRA

Conforme mencionado, a carteira que compunha o Novo Mercado era composta por 141

empresas (BM&FBovespa), entretanto, para a concretização desta pesquisa selecionaram-se, dentro das 141 empresas listadas, somente aquelas que apresentaram a DRA concomitantemente nos anos de 2015, 2016 e 2017, somando 29 instituições. Sendo assim, seguem abaixo, na Tabela 1, as divulgações empreendidas pelas companhias da população quanto à apresentação da DRA e DRE.

Tabela 1 - Divulgações realizadas pelas 141 empresas pertencentes ao Novo Mercado

	2017	%	2016	%	2015	%
Divulgação de DRE e da DRA	37	0,262	33	0,234	35	0,24
Divulgação de Outros Resultados Abrangentes	37	0,262	33	0,234	35	0,24
Ausência de Outros Resultados Abrangente	104	0,737	108	0,766	106	0,75
Total	141	1,00		1,00		1,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

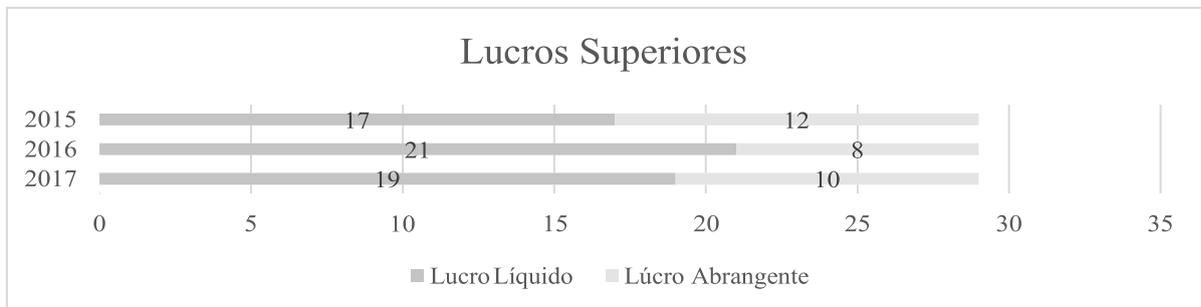
Conforme os dados expostos na Tabela 1, das 141 empresas do segmento do Novo Mercado, 24,8% divulgaram DRA em 2015, 23,4% divulgaram em 2016 e 26,20% divulgaram em 2017. O ano de 2016 teve o menor número de divulgação da DRA e 2017 teve o maior número de divulgações. É possível notar que o número de empresas que divulgam a DRA não chega a 30% do efetivo total das empresa do Novo Mercado durante o período analisado, indicando ainda que existe uma certa resistência na divulgação dos elementos do resultado abrangente visto que nem metade do número de empresas divulgou essa demonstração. O número de empresas que divulgaram aumentou no ano de 2017 e a tendência é que para os próximos anos o percentual aumente em virtude do maior rigor nas exigências a serem cumpridas pelas empresas do segmento do Novo Mercado, visto o novo regulamento⁴ publicado pela BM&FBovespa em 2017.

Através da consulta das notas explicativas das empresas que não divulgaram a DRA foi verificado que algumas empresas divulgaram a demonstração zerada e indicaram que não tinham Outros Resultados Abrangentes no período analisado, como evidenciado na Tabela 1. No entanto, outras empresas não apresentaram justificativa para a ausência da DRA no conjunto de divulgações apresentadas, pode-se interpretar essa ausência como uma falta de adequação das empresas ao CPC 26, o qual exige a evidenciação dos itens de receita e de despesa reconhecidos no período na DRE e na DRA.

Conforme a Tabela 1, dentro da relação das 141 empresas, extraiu-se que apenas 29 empresas divulgaram a DRE e DRA nos 3 anos analisados, concomitantemente. Averigou-se que algumas delas apresentaram lucro líquido inferior ao lucro abrangente, e em outras ocorreu o oposto. A classificação das 29 empresas em relação ao maior lucro encontrado dentre os dois

tipos em análise (líquido e abrangente) segue no Gráfico 1 indicando o número de empresas que teve o Lucro Líquido superior ao Lucro abrangente e o seu contrário.

Gráfico 1 – Relação de superioridade entre lucros das 29 empresas que divulgaram DRE e DRA (2015- 2017)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Percebe-se, segundo do Gráfico 1, que durante o período analisado mais da metade das 29 empresas teve o Lucro líquido superior ao Lucro Abrangente. Como todas essas empresas divulgaram Outros Resultados Abrangentes, pode-se inferir que a inclusão desses no lucro da empresa é capaz de constituir um efeito positivo ou negativo, provocando crescimento ou decréscimo do lucro ou do prejuízo, podendo levar até a inverter a posição de lucro para prejuízo, e seu contrário, pois se o Lucro Abrangente for menor que o Lucro Líquido quer dizer que os Outros Resultados Abrangentes ocasionaram um impacto negativo no Lucro Líquido.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Nesse estudo, a análise descritiva dos dados foi realizada a partir métodos estatísticos. Como medida de tendência central foi utilizada a média que consiste na soma dos valores dos dados de um conjunto e a divisão dessa pelo número total de elementos constante nesse conjunto, mostrando para onde os valores tendem a se concentrar, indicando um ponto de equilíbrio. Além disso, como medida de dispersão foi aplicado o desvio padrão o qual evidencia a dispersão em torno da média populacional da variável aleatória analisada. Conforme Brito et al (2003) desvio padrão é o parâmetro que avalia a proximidade entre várias medidas efetuadas na mesma amostra que é a precisão do processo analítico. Diante disso, na Tabela 2 são apresentados os resultados verificados na pesquisa.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas das Variáveis estudadas (Valores em Reais Mil)

	<u>2017</u>		<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>LL</u>	<u>LLA</u>	<u>LL</u>	<u>LLA</u>	<u>LL</u>	<u>LLA</u>
Média	483.933	462.445	447.095	401.786	451.056	446.691
DP	1.096.109	1.316.494	1.065.717	1.227.771	1.154.291	1.178.960
Máximo	4.049.245	4.064.892	4.013.852	4.016.439	4.207.432	4.162.108
Mínimo	-1.125.572	-2.530.813	-1.402.945	-1.662.701	-1.176.643	-1.381.667
N	29		29		29	

Análise total no período de 2015 a 2017

	<u>LL</u>	<u>LLA</u>
Média	460.695	329.693
DP	1.097.225	1.086.171
Máximo	4.207.432	4.162.108
Mínimo	-1.402.945	-2.467.279

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Nota: Definição das siglas: (1) LL - Lucro Líquido do período; (2) LLA - Lucro Abrangente; (3) DP - Desvio Padrão

Diante do apresentado na Tabela 2, verifica-se que as 29 empresas do Novo Mercado mostram um comportamento semelhante durante todo o período. A média do Lucro Líquido ficou entre 400.000 e 500.000 em todos os anos e o desvio padrão manteve-se com valores aproximados também. A média do Lucro Líquido foi superior à média do Lucro Líquido Abrangente ao longo do período analisado. Logo, verifica-se mediante os dados que há diferença estatisticamente significativa entre o Resultado Abrangente (LLA) e o Resultado do Período (LL) das empresas do Novo Mercado, indicando que os Resultados Abrangentes tendem a provocar modificações positivas ou negativas nos resultados com a divulgação da DRA.

4.3 ANÁLISE DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Nesse estudo, para que fossem identificadas como as informações contábeis foram apresentadas, assim como os componentes do resultado abrangente que impactaram as empresas, foi realizada uma análise qualitativa a qual ocorreu através da análise das notas explicativas das demonstrações contábeis da amostra. O objetivo de verificar quais os tipos de eventos que vêm sendo lançados na DRA pôde assim ser identificado em cada item que compõe os “outros resultados abrangentes” (ORA), conforme mencionado no CPC 26 R1 (2017), a

começar pelo item a) A parcela efetiva de ganhos e perdas nos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - A parcela efetiva de ganhos e perdas nos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa:

Item a	N
Valor de Instrumentos de Hedges de Fluxo de Caixa, Líquidos de Impostos	10
Ganho/perda com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	6
Imposto de Renda/Contribuição Social sobre Resultado Hedge de Fluxo de Caixa	3
Contabilidade de hedge	2
Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	2
Total	23

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Das 29 empresas analisadas, 23 apresentaram contas referentes ao item “a” e dentre delas 10 apresentaram a conta “Valor de Instrumentos de Hedges de Fluxo de Caixa, Líquidos de Impostos”. Na Tabela 4 são verificados os resultados referentes ao item b) Variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente.

Tabela 4 -Variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente:

Item b	N
Realização do valor justo de propriedade para investimento	4
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	2
Tributos s/ ajustes de ativos Financeiros e Imobilizados	2
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	2
Ajustes de títulos e valores mobiliários	2
Transf. para Result. pela Descontinuidade do Uso do Método de Equiv. Patrimonial, Líq. de Impostos	2
Ajuste Custo Atribuído Ativo Imobilizado em Controlada	1
<hr/>	
Ganho/perda de capital em participação	1
Realização do valor justo de ativos financeiros	1
Custo Atribuído Ativo Imobilizado Total	1
	18

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Da amostra, 18 empresas apresentaram contas incluídas no item “b” e de forma bem diversificada é possível notar a sua distribuição, sendo que 4 apresentaram valores em “Realização do valor justo de propriedade para investimento” e nas outras contas houve uma distribuição bem homogênea com 2 ou 1 empresas. Na Tabela 5 observa-se o resultado encontrado para o item c) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido:

Tabela 5 - Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido

Item c	N
Ganhos/perdas Atuariais de Planos de Pensão e Benefícios Pós Emprego	5
Ganhos/perdas atuariais, líquido de efeitos fiscais	4

Imposto de Renda/Contribuição Social sobre ganhos/perdas Atuariais de Planos de Pensão Benefícios Pós Emprego	3
Ajuste de Avaliação Atuarial	2
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No item “c” observa-se que apenas 14 empresas das 29 apresentaram contas detalhadas. Mais da metade das empresas apresentou valores nas contas de ganhos e perdas atuariais de forma genérica. Na Tabela 6 serão observadas as contas que tiveram maior incidência dentro do item d) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior:

Tabela 6 - Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior

Item d	N
Ajustes acumulados de conversão	5
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	4
Variação cambial de controladas e/ou coligadas localizadas no exterior	2
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	2
Efeitos tributários sobre ajustes acumulados de conversão Total	2
	15

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nessa tabela o maior número de empresas se concentrou nas contas de “Ajustes acumulados de conversão” e “Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior”, com 9 empresas e nas outras, a distribuição foi bem uniforme. O último item, e) Ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda, será observado na Tabela 7:

Tabela 7 - Ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda

Item e	N
Variação cambial sobre os ativos disponíveis para venda	4
Ganhos/perdas na mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos	3
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	3
Ativos financeiros disponíveis para venda	3
Transf. de Var. Cambial para o Resultado pela Alienação de Investimentos	3
Efeitos tributários	2
Ganhos (Perdas) Não Realizados Sobre Aplicações Disponíveis a Venda Total	1

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Esse item apresentou 18 empresas com contas detalhadas em outros resultados abrangentes sendo 4 delas com a conta “Variação cambial sobre os ativos disponíveis para venda” e nas outras contas houve uma distribuição bem uniforme no número de empresas. Ainda referente à análise das contas de outros resultados abrangentes, 5 empresas divulgaram valores em sua DRA com uma conta denominada “outros resultados abrangentes” sem especificar a qual item e subitem se referiam os respectivos valores divulgados.

4.4 ANÁLISE DO ÍNDICE DE RENTABILIDADE

Conforme item 4.2, os resultados das empresas podem sofrer variações benéficas ou não a partir da divulgação da DRA. Para verificar o efeito dos Resultados Abrangentes sobre o ROE, este indicador foi calculado sob as variáveis (lucro líquido e lucro abrangente), segundo evidenciado na seção 3 desta pesquisa. Sendo assim, na Tabela 8 estão discriminadas as diferenças absolutas entre os valores do Retorno sobre o Patrimônio Líquido do Lucro Líquido e do Abrangente das empresas.

Tabela 8 - Variações entre o ROE (LA) e ROE (LL) por empresa da amostra

Diferenças absolutas entre ROE (LA) e ROE (LL)							
Empresa	Segmento	2015		2016		2017	
		Variação ROE %	Diferença LA e LL	Variação ROE %	Diferença LA e LL	Variação ROE %	Diferença LA e LL
B3	Financeiro e outros	-0,060	-1.109.088	0,005	91.682	0,002	46.703
BBSeguridade	Financeiro e outros	-0,006	-45.324	-0,002	-12.864	0,000	-3.294
Biosev	Consumo não cíclico	-6,222	-1.058.014	-0,060	-601.691	0,317	-460.181
BRF	Consumo não cíclico	-0,080	-1.079.514	-0,109	-1.290.318	-0,125	-1.405.241
Cielo	Financeiro e outros	0,002	13.401	0,001	10.989	0,001	8.814
Cosan	Petróleo, gás e biocombustíveis	-0,021	-184.691	-0,033	-295.923	-0,006	-55.646
CPFL Energia	Utilidade pública	0,024	185.321	-0,029	-234.634	-0,018	-164.506
Cvc Brasil	Consumo cíclico	0,005	3.122	-0,007	-4.682	0,003	2.555
Cyrela Realt	Consumo cíclico	-0,010	-58.298	-0,009	-55.634	-0,009	-56.062
Eletropaulo	Utilidade pública	-0,287	-813.817	-0,604	-1.628.892	-0,897	-1.622.855
Energias BR	Utilidade pública	-0,040	-233.423	-0,047	-354.811	-0,057	-452.766
Equatorial	Utilidade pública	0,001	4.050	0,000	-529	-0,001	-2.626
Fibria	Materiais básicos	-0,075	1.639.901	0,116	1.599.640	0,039	1.608.867
Imc S/A	Consumo cíclico	0,081	97.134	-0,017	-18.024	-0,013	-12.549
Ioichp-Maxion	Consumo cíclico	-0,033	-72.042	0,027	48.841	-0,015	-35.705
Light S/A	Utilidade pública	-0,024	-89.047	-0,026	-85.872	-0,030	-101.493
Liq	Bens industriais	0,484	82.692	-0,666	-8.539	0,023	-10.132
Log-In	Bens industriais	-0,002	-180	-0,005	-975	0,003	-1.346
Lojas Marisa	Consumo cíclico	0,005	5.132	-0,006	-6.215	0,001	533
Magaz Luiza	Consumo cíclico	-0,003	-1.628	0,002	1.202	0,001	2.659
Magnesita SA	Materiais básicos	0,104	191.485	-0,022	-42.460	0,113	218.385
Porto Seguro	Financeiro e outros	-0,003	-19.504	0,002	16.896	0,009	73.106
Santos Brp	Bens industriais	0,000	211	-0,002	-2.232	-0,006	-8.634
SLC Agrícola	Consumo não cíclico	-0,293	891.332	-0,437	1.129.785	-0,158	1.110.732
Suzano Papel	Materiais básicos	-0,003	-30.993	-0,011	-112.632	-0,006	-71.873
Technos	Consumo cíclico	-0,023	-10.870	-0,023	-10.866	-0,023	-10.870
Tim Part S/A	Telecomunicações	0,000	1.887	0,000	-507	0,000	989
Time For Fun	Consumo cíclico	0,056	15.101	0,036	10.298	0,044	14.131
Weg	Bens industriais	0,107	642.362	0,010	57.700	0,041	273.470

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

* Diferença LA e LL em milhares de reais.

A Tabela 8 indica as diferenças entre os valores dos indicadores de rentabilidade (ROE) calculados a partir das variáveis lucro abrangente e no lucro líquido e ainda a respectiva diferença ocasionada no ROE pelo acréscimo dos ORA ao lucro líquido. Dessa forma, as variações positivas indicam que o ROE aumentou o valor do seu índice quando foi empregado o lucro abrangente no cálculo, e quando houve variações negativas o oposto ocorreu.

Segundo a Tabela 8, elucida-se que, em 2015, 17 empresas tiveram uma variação percentual negativa no resultado ocasionado pela redução do lucro; A maior variação negativa foi da empresa Biosev do segmento de Consumo não cíclico com -6,222% e maior variação positiva foi da empresa Liq com 0,484%. No ano de 2016, mais da metade das empresas sofreram variações negativas em seus resultados, isso ocorreu porque os Outros Resultados Abrangentes do período minimizaram o lucro líquido do período ou provocaram o crescimento do prejuízo; a maior variação negativa foi da empresa Liq com -0,666% e a maior variação positiva foi da empresa Fibria do segmento de Materiais básicos com 0,116%. Em 2017 a variação negativa no resultado foi menor, afetando menos da metade da amostra; sendo maior a variação positiva no resultado afetando 15 empresas das 29 listadas o que indica que a soma dos Outros Resultados Abrangentes ao lucro líquido ocasionou o aumento do lucro, diminuição do prejuízo, e até mesmo, a inversão de prejuízo para lucro; a maior variação negativa foi da empresa Eletropaulo do segmento de Utilidade pública com -0,897% e a maior variação positiva foi da empresa Biosev com 0,37%.

Conforme referência teórica anteriormente apresentada, quanto maior o valor do ROE maior será o lucro gerado pela empresa a ser utilizado para remunerar o capital investido pelos sócios (Ribeiro, 2015). Sendo assim, a partir dos resultados encontrados, conclui-se que conforme o método de mensuração do lucro escolhido para a obtenção do ROE a análise financeira da empresa pode variar consideravelmente e afetar nas decisões a serem tomadas pelos investidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a adoção do novo padrão contábil brasileiro, em virtude da convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), surgiram novos conceitos contábeis e algumas contas que modificaram o plano de contas já existente. Dentre as mudanças realizadas, destaca-se a exigências da divulgação do resultado abrangente, apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente, previsto nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Considerando que o resultado abrangente deve incluir qualquer mutação do Patrimônio

Líquido - exceto as mudanças derivadas de ações com acionistas -, incluindo o resultado do exercício, esta pesquisa buscou verificar o impacto do resultado abrangente no desempenho operacional de empresas brasileiras de capital aberto, após a convergência das normas de contabilidade brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), utilizando o índice de rentabilidade para evidenciar os resultados juntamente com o conjunto de contas que estão sendo divulgadas na DRA conforme as notas explicativas das empresas.

Nesse estudo, analisou-se uma amostra composta por 141 empresas que compõem o segmento do Novo Mercado, a qual reúne as empresas com maior nível de governança corporativa da BM&FBovespa, para verificar a evidenciação da DRA e nesta o que está sendo divulgado. Do grupo selecionado, apenas 29 empresas puderam de fato serem analisadas em virtude do cumprimento do requisito da apresentação da DRA concomitantemente nos três anos consecutivos da pesquisa (2015 a 2017).

À vista disso, a presente pesquisa relacionou e integrou a pesquisa teórica com dados reais do mercado de capital aberto brasileiro, ao investigar a Demonstração do Resultado Abrangente da amostragem baseada no conjunto de normas contábeis que a fundamenta.

Os resultados da pesquisa indicaram que a inclusão dos Outros Resultados Abrangentes no lucro das empresas pode gerar um impacto tanto positivo quanto negativo, provocando o crescimento ou diminuição do lucro/prejuízo, podendo inclusive levar à inversão da posição de lucro para prejuízo, e vice-versa, como ocorreu com a maioria das empresas. O cálculo do Índice de Rentabilidade ROE, que indica o retorno sobre o Patrimônio Líquido interferindo diretamente nas decisões dos investidores, mostrou-se com variável conforme o método de mensuração utilizado visto que o ROE sob perspectiva do Lucro Abrangente se mostrou inferior em mais da metade das empresas nos três anos analisados.

Os itens de maior ocorrência nos Outros Resultados Abrangentes foram “Valor de Instrumentos de *Hedges* de Fluxo de Caixa, Líquidos de Impostos”, “Ganho/perda com *hedge* de fluxo de caixa em controladas em conjunto” e ainda “Ajustes acumulados de conversão”. Mesmo estando na categoria de “Novo Mercado”, houve 5 empresas que divulgaram valores em sua DRA com uma conta denominada “outros resultados abrangentes” sem especificar a qual item e subitem se referiam os respectivos valores divulgados.

Com a realização desta pesquisa espera-se contribuir para a melhoria no entendimento do impacto dos Outros Resultados Abrangentes no desempenho das empresas e auxiliar pesquisas futuras. Como recomendação para estudos futuros, sugere-se que sejam analisados outros indicadores de desempenho e que sejam utilizados métodos estatísticos ainda mais eficientes para que seja possível encontrar resultados mais fidedignos e consistentes.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BM&FBOVESPA. 2017. Classificação. São Paulo, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?opcao=1&indiceAba=1&Idioma=pt-br>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRITO, N. M. et al. Validação de métodos analíticos: estratégia e discussão. *Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 13, p. 129-146, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pesticidas/article/view/3173/2546>. Acesso em: 11 abr. 2018.

CHECON, B. Q. *Resultado abrangente: formato de apresentação, maturação e os impactos na decisão de investimento*. Artigo apresentado no XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/292.pdf>> . Acesso em: 02 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. *NBC-TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 26: apresentação das demonstrações contábeis*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Um estudo sobre a influência de accruals na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 10, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n2/a06>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

COUTINHO A. H.; SILVA E. G. R. da. Análise das demonstrações de resultado abrangente após a implementação do IFRS no Brasil. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 13, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/584/72518>>. Acesso em: 06 jul. 2017

DUARTE F. C; TEIXEIRA F. S. O impacto dos resultados abrangentes na rentabilidade das empresas e o que tem sido mostrado na DRA das grandes empresas do vale do aço. *REN – Revista da Escola de Negócios*, Minas Gerais, n. 1, p. 67-83, nov. 2014. Disponível em: <<https://virtual.unilestemg.br/ojs/index.php/REN/article/view/20/20>> . Acesso em: 07 ago. 2017.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. Norwalk, Connecticut, EUA. Disponível em: <<https://www.fasb.org/home>> . Acesso em: 15 jul. 2017.

FERREIRA, L. V., LEMES, S.; FORTI, C. A. Qualidade informativa do lucro líquido e do

lucro abrangente. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 34, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/28183/pdf_18> Acesso em: 12 set. 2017

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECO, A; AREND, L. *Contabilidade Teoria e Prática Básicas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

STATEMENT OF FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS - SFAS. *Statement of Financial Accounting Standards No. 130: Reporting Comprehensive Income* (1997). . Norwalk, Connecticut, EUA , data. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, S. de et. al. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

LUNELLI, R. L. *Demonstração do resultado abrangente*. Curitiba, data. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 05 jul 2017.

MADEIRA, F. L.; COSTA JUNIOR, J. V. da. *Value relevance dos outros resultados abrangentes nas companhias abertas brasileiras*. Artigo apresentado no VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, ago. 2014.

NGMENIPUO, I. M. The impact of comprehensive income reporting on financial performance of ghanaiian firms with public accountability. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, Reino Unido, v. 3, n. 3, 2015. Disponível em:
<<http://ijecm.co.uk/wp-content/uploads/2015/03/3330.pdf>> . Acesso em: 02 mai. 2018.

PINHEIRO, L. E. T.; MACEDO, R. P.; VILAMAIOR, A. G. lucro líquido versus lucro abrangente: uma análise empírica da volatilidade. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 06-18, out./dez. 2012. Disponível em:
<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2711>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, O. M. *Estrutura e análise de balanços: fácil*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, A. C. R. da. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WALTER, M. A.; BRAGA, H. R. *Demonstrações financeiras: um enfoque gerencial*. v. 2. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.